



Sobre a questão LGBT

Gabriel Conte

Professor da Prefeitura Municipal de Curitiba, atualmente na direção liberada do SISMMAC – Gestão Novos Rumos (2014-2017), militante da ASS/Intersindical
E-mail: gabriellconte@gmail.com

Wagner Rodrigues Batista

Professor da Prefeitura Municipal de Curitiba, na Escola Municipal Darcy Ribeiro, membro da direção ampliada do SISMMAC – Gestão Novos Rumos (2014-2017), militante da ASS/Intersindical
E-mail: wagnerbatistaprof@gmail.com

A discussão sobre a diversidade sexual e direitos da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) tem entrado em pauta no Brasil cada vez mais, ganhado visibilidade nas discussões educacionais e também na mídia em geral. As eleições presidenciais de 2014 e, posteriormente, os debates na construção do Plano Nacional de Educação (PNE) e dos respectivos planos estaduais e municipais de educação em 2015 puxaram esse assunto para o centro do debate em diversos momentos, mesmo que ainda de forma bastante superficial. A esquerda no Brasil formulou muito pouco sobre a questão, e tem uma atuação quase nula junto aos movimentos sociais reais dessa parcela de nossa classe.

Em nossa atuação como professores e professoras, somos demandados corriqueiramente a lidar com essa discussão, uma vez que a sexualidade, enquanto uma construção social e histórica, vai estar presente

desde a infância nos nossos alunos, seja através dos xingamentos, seja através da erotização midiática ou seja através de práticas educacionais que valorizem o ser humano em sua diversidade de expressões.

É urgente, portanto, fazer essa discussão acontecer em nosso meio, e preencher essas lacunas tanto do âmbito educacional quanto no meio da luta dos trabalhadores. Nossa intenção nesse texto é socializar com o conjunto de nossa categoria algumas peças desse debate, sem a pretensão de conectá-las ou de aprofundá-las, mas sabendo que no fundo são todas características de uma importante fatia de nossa classe. Fazemos isso no intuito de que essa discussão saia da superficialidade com que é tratada pela mídia e pelos meios políticos e religiosos, e muitas vezes também pelo debate educacional. Vamos analisar alguns pontos importantes que abordam esse tema para incentivar e embasar nossas discussões em nossos locais de trabalho, mesmo que de forma inicial.

1. ORIENTAÇÃO SEXUAL X IDENTIDADE DE GÊNERO

A **orientação sexual** refere-se à direção ou à inclinação do desejo afetivo e erótico de cada pessoa. De maneira simplificada, pode-se afirmar que esse desejo, ao direcionar-se, pode ter como único ou principal objeto pessoas do sexo oposto (heterossexualidade), pessoas do mesmo sexo (homossexualidade) ou de ambos os sexos (bissexualidade).

O termo orientação sexual tem sido utilizado nos últimos anos, substituindo o termo opção sexual, pois a ideia de opção permite a compreensão de que o homossexual escolheu sentir o desejo que sente e, portanto, poderia ter optado por ser heterossexual. Se fosse uma questão de opção, heterossexuais também poderiam escolher sentir desejo por pessoas do mesmo sexo, o que pode ou não acontecer. Por isso, o correto é dizer e utilizar a expressão orientação sexual.

Já **identidade de gênero** é a maneira como alguém se sente e se apresenta para si e para as demais pessoas como masculino ou feminino, ou ainda pode ser uma mescla, uma mistura de ambos, independentemente do sexo biológico (fêmea ou macho) ou da orientação sexual (orientação do desejo: homossexual, heterossexual ou bissexual). É a forma como nos reconhecemos e desejamos que os outros nos reconheçam. Isso inclui a maneira como agimos, a maneira como nos vestimos, andamos e falamos. A identidade de gênero é normalmente confundida com a orientação sexual. É muito comum as pessoas travestis serem consideradas como homossexuais, pois, o fato de essas pessoas portarem, em seus corpos, elementos mais femininos, leva a grande maioria das outras pessoas a afirmarem que a travesti se sente, necessariamente, atraída por homens. E vice-versa. Na realidade, a travesti pode sentir-se atraída (orientação do desejo) tanto por homens quanto por mulheres e por outras travestis. Ser travesti não determina a orientação do desejo da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são conceitos independentes. Um exemplo é uma pessoa que nasceu com sexo biológico feminino, mas se reconhece como homem (identidade masculina – homem trans) e tem atração por mulheres, sendo considerada, portanto, heterossexual.

2. SAÍDA DA HOMOSSEXUALIDADE DA LISTA INTERNACIONAL DE DOENÇAS

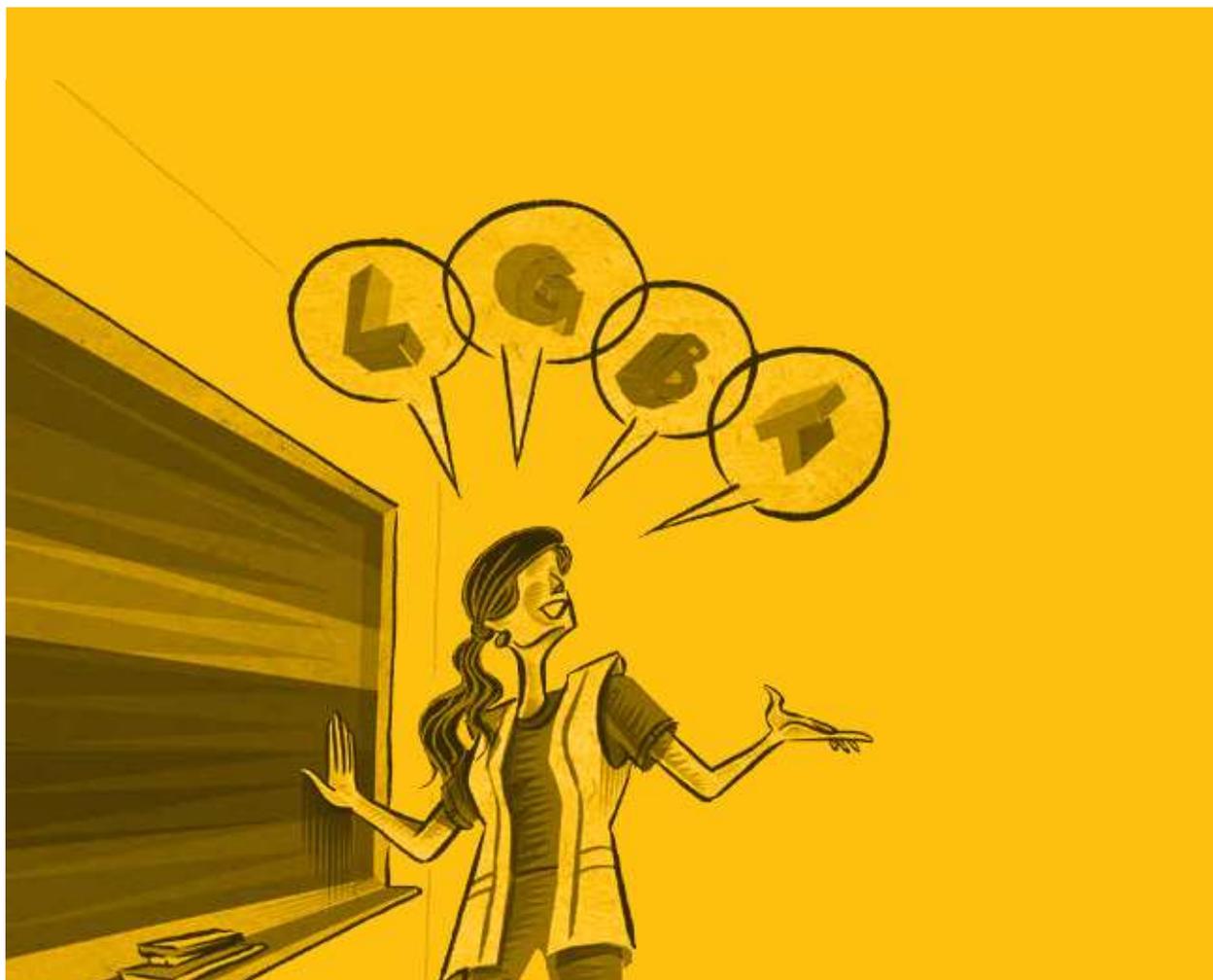
O **homossexualismo** passou a existir no Código Internacional de Doenças (CID) a partir da sua 6ª Revisão, em 1948, na Categoria 320 - Personalidade Patológica, como um dos termos de inclusão da subcategoria 320.6 - Desvio Sexual. Manteve-se assim a 7ª Revisão (1955), e, na 8ª Revisão (1965), o **homossexualismo** saiu da categoria "Personalidade Patológica", e passou a categoria "Desvio e Transtornos Sexuais" (código 302), sendo que a subcategoria específica passou a 302.0 - Homossexualismo.

E assim ficou até 1990, depois que a pressão de inúmeros grupos organizados, e de instituições ligadas principalmente aos profissionais da psicologia, surtiu efeito. No dia 17 de maio de 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou o homossexualismo da lista internacional de doenças. Por este motivo, o dia 17 de maio ficou marcado como Dia Internacional contra a Homofobia.

Mas, apesar desta resolução internacional, cada país e cultura trata a questão da homossexualidade de maneira diferente. O Brasil, por exemplo, por meio do Conselho Federal de Psicologia deixou de considerar a orientação sexual como doença ainda em 1985, antes mesmo da resolução da OMS. Por outro lado, a China tomou a atitude apenas em 2001. Além da retirada da lista da OMS, o novo entendimento em relação à orientação sexual também eliminou o sufixo "ismo", que remete à enfermidade. Por isso, não se fala mais em **homossexualismo**, mas em **homossexualidade**. Mas sabemos que essas alterações legais são apenas um pequeno passo. A realidade é um pouco mais complexa.

3. DIA DO ORGULHO LGBT

No mundo inteiro, tradicionalmente celebra-se o Dia do Orgulho LGBT no dia 28 de junho. Em 28 de junho de 1969, ocorreu, na cidade de Nova Iorque, o que veio a ser conhecido como a **Rebelião de Stonewall**. **Stonewall** era, e ainda é, um bar frequentado por LGBTs que sofria repetidas batidas policiais, sem justificativas, em ações de bastante truculência e preconceito da polícia contra os frequentadores. Aquela noite foi somente o estopim desse processo de opressão policial contra LGBTs. Os frequentadores se revoltaram contra a polícia e os enfrentamentos que se seguiram duraram três dias, e tornaram-se um marco na luta pela igualdade de direitos de LGBTs. Um mês após a revolta, foi feita a 1ª Parada do Orgulho Gay, onde a comunidade LGBT marchou pelas ruas da Nova Iorque com frases como: "Sou bicha e tenho orgulho disso", entre outras, demonstrando que não estaria mais disposta a manter-se debaixo dessa opressão e, sim, exigiria os mesmos direitos de toda a população. Desde então, esta data é celebrada por meio



de paradas e outros eventos culturais, numa expressão de orgulho - e não de vergonha - de assumir publicamente a orientação sexual e identidade de gênero LGBT.

4. O MOVIMENTO LGBT

A bibliografia em geral aponta o nascimento do movimento homossexual ao final da década de 1940, quando se tem a primeira organização com intuito de desconstruir uma imagem negativa da homossexualidade: o espaço chamado de *Center for Culture and Recreation (COC)*, em Amsterdam, que foi fundado pelo grupo que editava uma publicação mensal sobre o tema, o *Levensrecht* - cujo título pode ser traduzido para o português como “Direito de viver”. Nascia na década de 1950, na mesma trilha, o *Mattachine Society*, um grupo clandestino, que tinha como lideranças alguns articuladores da esquerda socialista norte-americana.

As décadas de 1960 e 1970 marcam uma crescente visibilidade e radicalização desse incipiente

movimento, caracterizadas por um discurso de autoafirmação e liberação, a exemplo de grupos como *Society of Individual Rights*, organização homossexual de São Francisco. O grande marco internacional do movimento homossexual nesse período, que perdura até hoje, foi a Rebelião de *Stonewall*.

4.1 O MOVIMENTO LGBT NO BRASIL

No Brasil, a passagem dos anos 1960 para a década seguinte é marcada pelo endurecimento da Ditadura Militar. Um movimento estudantil questionador começa a ganhar visibilidade, mas é duramente reprimido pelo regime durante aproximadamente duas décadas. Enquanto isso, grupos clandestinos de esquerda combatiam a Ditadura. Em meados dos anos 1970, ganha visibilidade o movimento feminista e, na segunda metade da década, surgem as primeiras organizações do movimento negro contemporâneo, como o *Movimento Negro Unificado*, e do movimento homossexual, como o *Somos - Grupo de Afirmação Homossexual*, de São Paulo.

O nascimento do movimento homossexual no Brasil é marcado pela afirmação de um projeto de politização da questão da homossexualidade em contraste às alternativas presentes no gueto e em algumas associações existentes no período anterior ao seu surgimento. Essas associações, apesar de reunir homossexuais, possuíam uma atuação qualificada pelos militantes como não-politizada, por estar exclusivamente voltada para a sociabilidade. Entre essas primeiras formas de associação de homossexuais, figuravam iniciativas como pequenos jornais distribuídos em bares, fã-clubes de artistas e bailes de carnaval onde homossexuais se encontravam.

O surgimento do movimento homossexual indica a aspiração a reivindicar direitos universais e civis plenos, por meio de ações políticas que não se restringiam ao *gueto*, mas que se voltavam para a sociedade de modo mais amplo. Com antecedentes em mobilizações acontecidas em outros países desde o fim da década de 1960, e a partir de redes de sociabilidade estabelecidas nas grandes cidades, os primeiros grupos militantes homossexuais surgiram no Brasil no final dos anos 1970, no contexto da abertura política que anunciava o final da Ditadura Militar. Podemos dividir a trajetória do movimento homossexual brasileiro em três ondas: uma primeira, que vai de 1978 a aproximadamente 1983; uma segunda, que vai de 1984 a 1992, e uma terceira, de 1992 aos dias de hoje¹.

4.1.1 PRIMEIRA ONDA: O movimento homossexual numa linha revolucionária

Aliada ao movimento feminista e ao movimento negro, a primeira onda do movimento homossexual continha propostas de transformação para o conjunto da sociedade, no sentido de abolir vários tipos de hierarquias sociais, especialmente as relacionadas a gênero e a sexualidade. Pertenceram a essa fase o

grupo *Somos de Afirmação Homossexual*, de São Paulo, e o jornal *Lampião da Esquina*, editado no Rio de Janeiro, que promoviam a reflexão em torno da sujeição do indivíduo às convenções de uma sociedade capitalista sexista, gerando espaços onde a diversidade sexual podia ser afirmada.

Uma característica marcante nesse momento é uma ambiguidade na relação com o conjunto de bares e boates frequentados pelos homossexuais: ao mesmo tempo em que o movimento se definia como uma proposta de politização da homossexualidade, se contrapondo às alternativas disponíveis no *gueto* e em associações não politizadas, havia a necessidade de não se afastar da chamada base, que se supunha poder ser encontrada no *gueto*. A polarização entre a defesa de setores de esquerda de uma luta principal, que teria mais relevância sobre as lutas específicas e as lutas das minorias é outro aspecto marcante desse momento, que levará posteriormente a desentendimentos entre ativistas e fissão entre grupos. O movimento desse período é marcado por um forte caráter antiautoritário, em reação ao contexto da Ditadura.

Há um primeiro encontro de homossexuais militantes no Rio de Janeiro, em 1979, cujas resoluções foram: a reivindicação da inclusão do respeito à *opção sexual* – o próprio movimento ainda falava em opção sexual nesse momento – na Constituição Federal; uma campanha para retirar a homossexualidade da lista de doenças, ou seja, a luta contra a patologização; e a convocação de um primeiro encontro de um grupo de homossexuais organizados, o que aconteceu em abril de 1980, em São Paulo. Em 13 de junho de 1980, ocorre a primeira passeata que o movimento organizou: o ato público contra a violência policial e a atuação da “Operação Limpeza” levada a cabo pelo delegado Richetti na região central de São Paulo.

4.1.2 SEGUNDA ONDA: É legal ser homossexual!

Em 1983, ocorre a dissolução do grupo *Somos de Afirmação Homossexual*, de São Paulo. É também nesse momento que eclode a epidemia do HIV/AIDS, reduzindo consideravelmente a quantidade de grupos homossexuais, especialmente em São Paulo, onde os ativistas do primeiro momento se voltam para a construção da resposta coletiva ao HIV/AIDS. Diante do crescimento dos casos da doença e da demora em ser produzida uma resposta governamental, os militantes homossexuais foram os responsáveis pelas primeiras mobilizações contra a epidemia, tanto no âmbito da assistência solidária à comunidade quanto na formulação de demandas para o poder público.

¹ Divisão da história do movimento feita pela pesquisadora Regina Facchini, da Unicamp/SP.



Esse momento corresponde a um período de aumento da visibilidade pública da homossexualidade, na década de 1980, com a lenta expansão de um mercado de bens e serviços destinado ao público homossexual e a chegada da epidemia da AIDS. Foi nesse contexto que atuaram os grupos Triângulo Rosa e Atobá, do Rio de Janeiro, e o Grupo Gay da Bahia (GGB).

As características mais marcantes desse período incluem: um menor envolvimento com projetos de transformação social como um todo; e uma ação mais pragmática e voltada para a garantia dos direitos civis e ações contra discriminações e violência. A tendência é ter organizações mais formais, não há mais rotatividade de direções, mas diretorias com cargo e funções definidas. O GGB e o Grupo Triângulo Rosa são os primeiros a formalizarem-se legalmente como associações voltadas para os direitos de ho-

mossexuais, evocando o direito à associação. A valorização de relações com o movimento internacional é bastante forte nesse momento e há desvalorização dos aspectos marginais da homossexualidade. A abordagem inicial da AIDS como *peste gay* ou *câncer gay* levou à necessidade de construção de uma boa imagem pública da homossexualidade que permitisse a luta pela garantia de direitos civis.

4.1.3 TERCEIRA ONDA:

Direitos iguais, nem mais nem menos!

No início dos anos 1990, com base nesse acúmulo do combate à AIDS, os grupos passaram a coordenar projetos de prevenção financiados por programas estatais de combate à doença, organizando-se no formato de organizações não-governamentais (ONGs). A entrada das pautas do movimento nas políticas públicas não se deu, portanto, pelo reconhecimento das demandas da população LGBT, mas pela política de saúde e, mais especificamente, a política de combate às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), especialmente a AIDS.

Nesse novo momento, uma das características é a diferenciação de vários sujeitos políticos internos ao movimento: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros com foco em demandas específicas de cada um desses segmentos. A organização das travestis data do começo da década de 1990 e tinha como ponto de partida questões relacionadas ao impacto da questão da AIDS nessa comunidade e o consequente aumento dos casos de violência contra travestis, a ponta mais visível e exposta da comunidade LGBT.

Em 1995, ocorre a fundação da primeira e maior rede de organizações LGBT brasileiras, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), que reúne cerca de 200 organizações espalhadas por todo o Brasil.

A ABGLT promove uma série de ações no âmbito legislativo e judicial, orientadas para acabar com diferentes formas de discriminação e violência contra a população LGBT, como é o caso das campanhas de sensibilização de parlamentares e da população em favor da aprovação de projetos de lei, como o 1151/95, que reconhece a parceria civil, e o 122/2006, que criminaliza a homofobia. Esse período é marcado pela busca da via institucional e da representação como linha política do movimento.

A necessidade de dar visibilidade a essa comunidade que reivindicava direitos abre caminho para um dos signos distintivos da fase atual do movimento LGBT no Brasil: as Paradas do Orgulho. O apoio e financiamento das Paradas pelo Estado, a busca pela criação de conselhos, fóruns e conferências sobre políticas públicas para os LGBTs, atuação junto ao executivo e o investimento na eleição de parlamentares LGBTs ou aliados são os meios que o movimento LGBT tem atuado nesse último período.

No que diz respeito à produção de conhecimento acadêmico, há um incremento significativo da pesquisa sobre sexualidade em várias áreas do conhecimento a partir dos anos 1990. Os anos 2000 trazem consigo o surgimento de grupos ativistas em prol da diversidade sexual no interior das universidades e a organização, a partir de 2003, dos Encontros Nacionais Universitários de Diversidade Sexual (Enuds). A partir de meados dos anos 2000, há ainda a formação de grupos e núcleos de pesquisa voltados para a diversidade sexual nas universidades brasileiras e a inclusão de grupos de trabalho sobre o tema sexualidade em encontros nacionais de associações científicas.

5. O ESTADO E OS LGBTs

Os diversos Estados Nacionais reagiram com proibições e repressões em quase todos os séculos da história do capitalismo. Nas últimas décadas é que alguns países começaram a reconhecer algumas expressões da sexualidade diferente da heterossexualidade, e legalizar algumas formas de união civil.

No Brasil, existe um projeto de lei em debate sobre a criminalização da homofobia. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122 tramita desde 2006, atualmente no Senado Federal, e trata da criminalização da homofobia e tem, é claro, gerado polêmica: é acusado por seus opositores (especialmente a bancada evangélica) de restringir a liberdade de expressão. Um primeiro projeto nesse sentido foi enviado à Câmara em 2001, mas substituído pelo atual PLC 122 em 2006. Ainda não existem sinais concretos de que o Projeto possa ser aprovado.

Por outro lado, mais de 70 países no mundo ainda criminalizam a homossexualidade, levando até as últimas consequências todo o processo de repressão. Segundo o relatório anual da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA), a pena de morte para o segmento é adotada no Irã, na Arábia Saudita, no Iêmen, na Nigéria, e em Uganda. No Irã, há pena de morte para os homossexuais, de acordo com a lei islâmica. Na Nigéria, a pena é de 14 anos de prisão e, em alguns estados, também há pena de morte. Na Argélia, os homossexuais estão sujeitos a até dois anos de prisão e pagamento de multa. Na Rússia, entrou em vigor em 2013 uma lei que proíbe qualquer tipo de publicidade que faça referência positiva à homossexualidade.

Estes dados são apenas uma pequena amostra da realidade de opressão contra LGBTs em todo o mundo. Em alguns lugares, são reafirmadas leis que criminalizam as relações homoafetivas e em outros o que se vê é a negação de direitos como o casamento civil, algo que ocorre no Brasil. Essas informações também mostram que o Estado tem lado, sim, e não é o dos trabalhadores e dos que sofrem opressões.

Em muitos países, o Estado oprime os LGBTs com prisões e violência e em outros, como no Brasil, abre mão de programas de enfrentamento à discriminação em troca de barganhas políticas, como ocorreu com o projeto Escola sem homofobia. Este programa tinha como objetivo distribuir materiais que combatessem a homofobia nas escolas e esclarecessem sobre a diversidade sexual. Entretanto, o Escola sem homofobia foi cancelado pelo governo em troca do apoio de grupos fundamentalistas à tramitação de projetos governistas na Câmara.

Quando se trata da legalização das uniões entre pessoas do mesmo sexo, aparecem, contraditoriamente, alguns avanços recentes. No Brasil, em maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou uma resolução que prevê que os cartórios de todo o país são obrigados a celebrar casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Prevendo inclusive que se houver recusa dos cartórios, o casal deve fazer uma denúncia, a ser julgada pelo juiz corregedor. A resolução visa dar efetividade à decisão tomada em maio de 2011 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que liberou a união estável homoafetiva, dando direitos ampliados aos homossexuais.

Na América Latina, o Brasil é o sexto país a permitir uniões estáveis ou casamentos civis de pessoas do mesmo sexo. Em todo o mundo, 20 países legalizaram o casamento entre pessoas do mesmo sexo: Holanda, Bélgica, Espanha, Canadá, Estados Unidos, África do Sul, Noruega, Suécia, Portugal, Islândia, Argentina, Dinamarca, Uruguai, Nova Zelândia, França, Inglaterra, País de Gales, Escócia, Luxemburgo e Itália.

Junto com essa tensa e difícil relação com o Estado, aparece um interesse cada vez maior do capital nas vendas de mercadorias provenientes dessa fatia da população. O mercado viu na comunidade LGBT um novo nicho, com a criação de pacotes turísticos, grifes e uma infinidade de produtos focados neste público.

6. OS LGBTs NO DEBATE EDUCACIONAL

Em 2015, ocorreram em todos os estados e municípios a aprovação dos planos estaduais e municipais de educação. Para além dos debates específicos que aconteceram em um ou outro estado, um ataque geral aconteceu em todo país: retiraram-se todas

as estratégias que tratam do respeito à diversidade e do combate ao preconceito. Vereadores e deputados ligados às bancadas religiosas/cristãs fizeram um trabalho coordenado de excluir dos planos educacionais não só as estratégias diretamente ligadas ao debate da diversidade e ao combate da violência de gênero e sexualidade em geral, como também de suprimir os termos *gênero* e *diversidade* de todo o texto, independentemente de seu uso, como gênero alimentício e gênero literário.

O debate no meio educacional está um tanto mais avançado que nos parlamentos em geral, uma vez que essas estratégias retiradas pelos vereadores e deputados não chegaram nos projetos de leis desses planos por conta de um ou outro gestor mais avançado que os colocaram no texto. Foram diretrizes e estratégias aprovadas nas conferências municipais e estaduais de educação, espaço que reuniu gestores e trabalhadores da educação de vários âmbitos das cidades e dos estados. Em boa parte deles, como aconteceu na Conferência Municipal de Educação de Curitiba, sequer houve esse embate, essas estratégias foram aprovadas por consenso.

O combate à diversidade pelos legisladores religiosos chegou ao extremo em alguns locais, como em Curitiba. Esses parlamentares retiraram as políticas para refugiados, migrantes, quilombolas e ciganos do debate de educação profissional e educação de jovens e adultos. A homofobia e transfobia, já tradicional na maioria das religiões, ganhou inclusive um caráter de xenofobia nas Câmaras e Assembleias Legislativas.

As mudanças aprovadas em 2015 ignoraram por completo a realidade vivida na maioria das escolas públicas e representam um grave desrespeito ao papel social do professor. A discriminação é hoje um dos principais motivos da evasão escolar. Entretanto, em vez de definir políticas para lidar com o problema e capacitar as professoras e professores para tratar o tema em sala de aula, os vereadores e deputados escolheram por proibir que essa discussão aconteça.

7. APONTAMENTOS POLÍTICOS

A escola não está isolada do restante da sociedade, nem pode ignorar os problemas sociais que afetam uma parcela cada vez maior da população. A violência

contra mulheres, contra negros, contra as chamadas *minorias* e contra a comunidade LGBT vitima milhares de pessoas diariamente. Como professoras e professores comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, é nosso dever travar esse debate em sala de aula para que nossos alunos cresçam respeitando todas as formas de diversidade.

Atuar na luta contra a homofobia e contra todas as formas de opressão à diversidade sexual humana, expressa em nossa classe, só tem sentido se for parte da luta geral pela emancipação humana, que passa necessariamente pela luta a favor da libertação das amarras do capital. Se for parte, portanto, da luta pelo projeto histórico socialista. Apenas em uma sociedade na qual tenhamos nossa sobrevivência garantida de forma fraterna, na qual não tenhamos que concorrer entre nós para nos manter vivos, é que estarão lançadas as bases para o respeito ao diferente, seja qual for sua expressão.

Entretanto, as experiências do socialismo real no século passado demonstraram que não existe uma relação automática e simples entre o processo revolucionário e o fim das opressões desse tipo. Nos poucos locais onde os trabalhadores assumiram o poder, e iniciou-se a construção de fato do socialismo, esses problemas estavam longe de ser resolvidos.

Por isso, nossa atuação, caso queiramos de fato contribuir no processo de mudança social, precisa também abordar essas diferenças internas de nossa classe, dando respostas a essas opressões, com posições de combate a todas as ações que inferiorizam os trabalhadores e seus filhos por conta da cor da sua pele, do seu gênero ou da forma como expressa e realiza seus desejos sexuais.

Precisamos, na medida do possível, lançar pontes com o movimento organizado contra a opressão à população LGBT, para que esses coletivos também estejam na luta pela emancipação humana e auxiliando no debate que nos é demandado nas escolas pela realidade.

O problema da opressão aos LGBTs não é, em nosso ver, um problema isolado, mas é mais um sintoma de uma sociedade na qual a comparação e a concorrência são o termo da normalidade. Desta forma, a questão não é apenas como combater as opressões relacionadas à sexualidade, ou ao gênero, mas passa a ser a de construir uma sociedade livre de qualquer opressão, onde possamos viver tudo aquilo que nos é humanamente permitido sem amarras ou repressões. O que não é senão a forma mais coerente de resolver a questão da opressão de forma global, de combater na raiz um dos principais determinantes de todas as opressões, a forma como produzimos materialmente nossa vida, que hoje oprime a maioria da população.

Contra toda a forma de opressão! Somos todos irmãos trabalhadores!